

revista

**Geo**   
**USP**  
 espaço e tempo

Volume 19 • nº 2 (2015)

ISSN 2179-0892

## Editorial

Este número da GEOUSP reúne trabalhos expostos nas mesas redondas do VI Congresso Ibero-americano de Estudos Territoriais e Ambientais (Cieta), realizado no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo entre 8 e 12 de setembro de 2014. O objetivo do evento foi promover o intercâmbio entre pesquisadores de diversas instituições de países latino-americanos e ibéricos para discutir a produção geográfica contemporânea e refletir sobre as principais questões que se nos impõem hoje, dado que as grandes mudanças históricas a que vimos assistindo têm criado novos problemas ou renovado os já existentes.

Processos territoriais e ambientais novos exigem o contínuo repensar da geografia em sua prática e concepção, desafiando-nos a melhor compreender e explicar a concretude do mundo. Daí a proposta de aproximar pesquisadores ibero-americanos que, de perspectivas diferentes e complementares, enriquecem o debate. A seguir, expomos as principais ideias dos artigos que leremos nesta GEOUSP.

Num instigante artigo intitulado “A centralidade da geografia: dos conceitos às práticas”, **Jorge Gaspar** propõe uma releitura da geografia enquanto revisita sua própria experiência acadêmica e profissional. Aborda questões como a relação espaço-tempo, a luta pela terra e o planejamento e a gestão urbanística como instrumentos de segmentação social da cidade, finalizando com um chamado a recuperar a unidade do pensamento e da prática da geografia. Nas palavras do professor, “como os geógrafos sabem muito bem, o planeta tem limites e por isso temos que o conhecer muito bem, para nos conformarmos da melhor maneira, solidariamente”.

**Paulo Miguel Madeira** e **Mário Vale** discutem o conceito de justiça espacial sob diversas perspectivas e escalas, em seu artigo “Desigualdade e espaço no capitalismo contemporâneo: uma questão de (in)justiça territorial?”. Em primeiro lugar, tratam da relação entre direito à cidade e justiça territorial. A seguir, postulando a existência de diferentes capitalismo, ponderam a aplicação desse conceito sobretudo à luz da experiência da União Europeia, analisando ganhos e perdas de seus países em termos de bem-estar socioeconômico na fase mais intensa da globalização neoliberal contemporânea. Uma preocupação dos autores que perpassa o artigo e fica aberta ao debate: “Mas como poderemos ir ao encontro de territórios mais justos, ou menos injustos?”.

**Luisa Iñiguez Rojas** analisa as transformações na organização e na dinâmica territorial de Cuba como resultado das mudanças recentes de sua política econômica e social. Em

revista

Geo   
USP  
espaço e tempo

Volume 19 • nº 2 (2015)

ISSN 2179-0892

seu artigo “Trayectorias y transformaciones territoriales en la Cuba actual”, destaca, em particular, o progressivo avanço de espaços turísticos, o crescimento de diferentes formas de produção e serviços não estatais, o fomento de cooperativas e do trabalho por conta própria e a diversificação dos mercados. Aponta o surgimento de novas reconfigurações territoriais e sinaliza um processo de aprofundamento das desigualdades entre diferentes pontos do território cubano, bem como no interior de cada um.

Em “A mundialização do capital e crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira”, **Ariovaldo Umbelino de Oliveira** discute a globalização a partir da releitura de importantes intelectuais que estudaram criticamente esse processo nos anos 1990. Concentra sua análise no neoliberalismo e em suas intervenções na agricultura mundial e brasileira. Examina o papel dos alimentos como *commodities* e sua participação nas bolsas de mercadorias e futuros face à crise alimentar e à fome. Explica ainda que o território é monopolizado por empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem diretamente no campo, mas, por mecanismos de subordinação, controlam a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo.

No artigo intitulado “Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana”, **Maria Laura Silveira** revisita a teoria de Milton Santos à luz das recentes transformações da urbanização e da cidade a partir das variáveis técnica, informação, finanças e consumo. Aponta as novas feições dos circuitos e analisa suas atuais articulações e formas de integração na metrópole e na rede urbana. Diferentes situações, especialmente no Brasil e na Argentina, mostram o crescimento intensivo e extensivo do circuito superior, enquanto o inferior se subordina cada vez mais. Conforme a autora, é necessária “uma permanente teorização para renovar o significado dos conceitos e apreender os processos, de modo a alcançar a crítica do real e vislumbrar rumos novos”.

**Carlos Valdir de Meneses Bateira** traz a experiência de Portugal em seu artigo “Cartografia da suscetibilidade a movimentos de vertente no vale do Douro – Portugal”. As belíssimas ilustrações do vale do rio Douro mostram o tipo de uso dos terraços agrícolas que ali se pratica desde o século XVIII. O autor analisa as intervenções nos terraços cultivados com uvas substituindo os terraços com talude em terra por terraços com muros de suporte e constata que “a construção dessas plataformas implica alterações significativas da geomorfologia

revista

Geo   
USP  
espaço e tempo

Volume 19 • nº 2 (2015)

ISSN 2179-0892

dos terrenos”. Discute e quantifica os elementos do meio físico constituintes desse ambiente e argumenta pela necessidade de modelação matemática de base física em laboratório antes da implementação de projetos como esses do vale do Rio Douro que estão em andamento.

**María Isabel Andrade** escreve “Riesgo hídrico y vulnerabilidad en la gestión del territorio”, em que examina os riscos de inundação em áreas urbanas e os conceitos de *peligrosidad*, *exposición*, *vulnerabilidad* e *incertidumbre*. Destaca um evento pluviométrico intenso ocorrido em La Plata (Argentina) entre 2 e 3 de abril de 2013, com um acumulado de 392,2 mm em 24 horas (contra a média histórica de abril de 77,3 mm). Após análise crítica dessa situação, a pesquisadora conclui que “Las inundaciones no son tan naturales como parecen”.

**María Fernanda López Sandoval** examina o primeiro sistema nacional de planejamento, que se desenvolve no Equador desde 2008, quando entra em vigor a nova constituição. Assim, a questão central de “El Sistema de Planificación y el Ordenamiento Territorial para Buen Vivir en el Ecuador” é o ordenamento territorial incorporado como política de Estado, e a autora considera os fundamentos que explicam o contexto: a relevância que ganhou a noção de *Buen Vivir*, as mudanças da matriz produtiva e a descentralização. Expõe os resultados da inserção do processo de ordenamento territorial no planejamento, bem como as respostas de diversos atores. Problematisa a questão do ordenamento territorial como estratégia dos estados nacionais.

**Carlos Morera Beita** discute o ordenamento territorial com ênfase na conservação ambiental na América Central e destaca aí o papel da Costa Rica. Apresenta dados da superfície coberta por vegetação (bosques) em relação à superfície do país entre os anos de 2000 e 2010, mostrando uma clara redução desse número, com exceção da Costa Rica. Seu artigo “Ordenamiento territorial: desafíos para una sociedad en crisis ecológica” é ilustrado com dados da América Central e da Costa Rica e permite traçar um paralelo com a nossa atual condição de conservação ambiental.

**Cleide Rodrigues** traz a experiência da metrópole paulistana no artigo “Atributos ambientais no ordenamento territorial urbano: o exemplo das planícies fluviais na metrópole de São Paulo”. Em sua abordagem “antropogeomorfológica das planícies fluviais meândricas”, a autora reconstrói cartograficamente a paisagem paulistana original para cotejá-la com seu uso atual. Discute as alterações da planície fluvial e apresenta dados empíricos de estudos realizados nas bacias dos

rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí. Apresenta o importante conceito de *serviço ambiental* perdido por essas planícies fluviais – o de “piscinões naturais” – esclarecendo seu papel no controle da vazão dos rios e no aumento do tempo de permanência das águas na bacia hidrográfica, reduzindo vazões extremas, mínimas ou máximas.

**José Antonio Rodriguez Esteban** destaca a crescente importância da geotecnologia na ciência geográfica e, a partir de seu trabalho em diferentes pontos da Espanha e do noroeste da África, descreve experiências com fotografias em áreas históricas, com planos de ordenamento territorial, sensoriamento remoto e geotecnologia nas pesquisas sobre a geografia espanhola. O artigo “La geografía y la representación cartográfica en un mundo virtual: las tierras digitales” também discute teoricamente o significado e utilidade das esferas digitais para a geografia, problematizando suas potencialidades e seus limites.

Em “Crecimiento urbano y el monitoreo espacial de desastres en una ciudad andina”, **Javier Nuñez-Villalba** mostra que também La Paz e El Alto, na Bolívia, sofrem os problemas de crescimento populacional *desordenado* que observamos nas grandes e médias cidades brasileiras. Apresenta dados históricos sobre deslizamentos de terra e informa que o primeiro data de 2 de abril de 1548, com cerca de duas mil vítimas e a destruição total da comunidade. Discute ainda o conceito de *desastre* de origem política e social, que não são contabilizados, e cita duas ocorrências registradas no país: “el Cerco a La Paz”, em 1781, e a “guerra del gas”, em 2003.

Finalmente, **Rafael Sanzio Araújo dos Anjos**, em “As ‘geografias’ oficial e invisível do Brasil: algumas referências”, apresenta dados sobre o que considera uma geografia “oficial” e uma “não oficial” existentes no Brasil, numa cartografia histórica ricamente ilustrada, e conclui sua análise com uma frase emblemática: “Assumindo que a população considerada ‘parda’ nesses Censos [do IBGE] é de fato um povo com diferentes graus de ascendência africana e indígena, fica evidente que a população brasileira com referência no continente africano não é minoria, mas maioria”.

A diversidade de temas tratados nesta edição da GEOUSP retrata a riqueza de perspectivas que a geografia oferece para interpelar o mundo contemporâneo. O debate permanece em aberto.

Boa leitura!

Mónica Arroyo (USP)  
Emerson Galvani (USP)

revista

Geo   
USP

espaço e tempo

Volume 19 • nº 2 (2015)

ISSN 2179-0892